

## **AS CONTRADIÇÕES DO PROJETO DE INFRAESTRUTURA CASA DO MEL NO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA**

Marilene Oliveira Pereira<sup>1</sup>  
Daniela Strasser Santos<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho apresenta uma discussão sobre o Projeto de infraestrutura Casa do Mel, tendo como recorte, o município de Anajatuba localizado na Mesorregião Norte Maranhense, especificamente, na Microrregião Baixada Maranhense. Objetivamos com esse trabalho analisar a contribuição dos projetos produtivos implantados no município Anajatuba para qualidade de vida das comunidades envolvidas. Desta forma faz-se uma análise, de forma processual da dinâmica das Políticas Públicas, Políticas de Desenvolvimento Territorial, conceito de território e Projetos Produtivos no município de Anajatuba. Os novos arranjos institucionais de desenvolvimento, tem enfoque na dimensão econômica para a estruturação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, e abrange as políticas territoriais. Esse arranjo produtivo inserido no município é uma experiência que pode contribuir para minimizar pobreza rural potencializando a identidade territorial, a gestão social e a força da agricultura familiar para gerar resultados de desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Território, Políticas Públicas, Desenvolvimento territorial.

### **Introdução**

As discussões realizadas a respeito da estrutura produtiva e a questão agrária no Maranhão, faz parte da discussão das políticas públicas que envolve o campo, pois o que era algo da dimensão jurídico- institucional passou a incorporar aspectos não somente políticos como também sociais e econômicos. Em outras palavras, as políticas públicas deveriam ser planejadas com uma visão territorial, com participação das comunidades rurais.

O desenvolvimento territorial está constantemente presente nos esforços de planejamento de um governo. Existem justificativas para adotarem medidas que busquem o equilíbrio do desenvolvimento e a diminuição das desigualdades históricas que caracterizam os territórios no país, com dimensões continentais. E assim, realizar a desconcentração e a descentralização das políticas públicas.

Os novos arranjos institucionais e as velhas estratégias de desenvolvimento, focando-se nas dimensões econômica, político e social para a estruturação do Plano Territorial de

---

<sup>1</sup> Bolsista Iniciação Científica e Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA-  
marilenepereira@aluno.uema.br

<sup>2</sup> Bolsista Iniciação Científica e Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA-  
dsstraasser@gmail.com

Desenvolvimento Rural Sustentável, fazem parte das políticas territoriais. Sendo assim, o recorte territorial que buscamos analisar é o Colegiado Territorial Vale do Itapecuru-MA, composto pelo poder público e sociedade civil, que engloba dez municípios (Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande).

## **Fundamentação Teórica**

Para dar continuidade ao processo de territorialização e organização dos Assentamentos Rurais no Estado do Maranhão, é necessário realizar uma análise sobre a categoria Território, seus conceitos, aspectos e características. Nos últimos anos, tem-se debatido muito sobre “territorialidades”, relações de poder e outras concepções sobre organização territorial. Mas segundo Jean Gottmann (apud SAQUET, 2007, p.10), a ideia de território já existia e era debatida no século XV, ligada as questões políticas inerentes à época, como por exemplo, dominação de uma determinada área de terras como ocorrera nas cidades-estados gregas.

Segundo Raffestin (1993, p.143), “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço”.

Tem-se o território como fruto do processo de apropriação e domínio de um espaço onde os valores culturais e políticos que serão construídos neste lugar a partir desta dominação, levarão a uma identidade deste território. As articulações e relações sociais desenvolvidas por um povo, que os motiva ao processo de territorialização, ou seja, a apropriação de novas áreas a partir de seus interesses.

Saquet (2007) em sua análise sobre a definição de “Território” faz uma relação om as disputas políticas inseridas nas instituições e na convivência diária dos indivíduos de uma sociedade, sendo assim, descreve de fato que tanto a noção de poder quanto a de política estão intimamente ligadas, logo afirma:

Que está atrelada ao domínio e as relações de poder de acordo com as características de cada sociedade, envolvendo relações políticas, econômicas e culturais. Desta forma o Território passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas (SAQUET, 2007, p.27).

Portanto, o território é tido como fruto do processo de apropriação e domínio de um espaço onde os valores culturais e políticos que serão construídos neste lugar a partir desta dominação, levarão a uma identidade deste território. As articulações e relações sociais desenvolvidas por um povo, que os motiva ao processo de territorialização, ou seja, a apropriação de novas áreas a partir de seus interesses.

Para Fernandes (2005, p. 26), “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”. Assim, percebe-se que não é possível estudar o território sem compreender o espaço e seu processo de fragmentação, que criam os territórios.

Como visto, o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construída com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza.

Portanto, o território rural brasileiro é compreendido por conflitos e tensões, haja vista este processo de domínio e apropriação que ao longo dos anos levaram as questões fundiárias.

O enfoque territorial do desenvolvimento ganha espaço nas políticas públicas voltadas ao meio rural, num momento em que, em termos teóricos, tem-se o desgaste da noção de região, para fins de recorte espacial e planejamento de ações. A exemplo da reformulação do conceito de desenvolvimento, os desdobramentos do conceito de território abrangem desde concepções naturalistas até as mais recentes, que incorporam aspectos políticos, econômicos e simbólicos.

Haesbaert (2007), a partir de uma leitura de Santos e Raffestin, destacou o território produzido, as relações concretas, simbólicas, interesses econômicos e políticos. São as relações de poder em interação:

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico - política (HAESBAERT, 2007, p.93).

As relações de poder, sejam políticas e/ ou econômicas, e os processos que analisam o espaço estão presentes em todas as discussões que envolve o território. Quando se fala em relações sociais, econômicas e políticas, é notável que há um imbricamento entre ambos que não podem estar separados.

O Projeto de infraestrutura (PROINF) é uma ação orçamentária que compõe o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), cuja finalidade é financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de

Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS<sup>3</sup>). Foi o principal instrumento construído no ano 2004, de forma participativa pelo colegiado, em apoio à gestão social do desenvolvimento territorial foi o primeiro produto elaborado pela sociedade civil, dando início às ações de desenvolvimento territorial.

Os recursos do PROINF tem sido destinados à implantação de ações que teoricamente visavam a potencialização da identidade territorial, a gestão social e a força da agricultura familiar para gerar resultados de desenvolvimento sustentável<sup>4</sup> nos territórios rurais. Desta forma, os assentados da Reforma Agrária seriam beneficiados diretamente com estes projetos em seus municípios.

O PROINF Casa do mel localizada no município de Anajatuba é um arranjo produtivo inserido no município taxados de experiência que pode contribuir para minimizar pobreza rural. Apesar de resultados obtidos com a implantação desse projeto no Vale da Cidadania, atualmente com a situação política do país no que diz respeito a dá continuidade com os PROINFs, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ocasionou a paralisação desse arranjo e outros demais que dependiam totalmente de repasses financeiros junto ao governo federal para se manterem estáveis.

O presente trabalho tem o objetivo analisar a contribuição do projeto produtivo Casa do Mel implantado no município Anajatuba-MA para qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Anajatuba foi um dos primeiros municípios a serem beneficiados, onde os camponeses participam do projeto nos povoados da Ilhas do Teso, Afoga e São Benedito do Afoga. Segundo as informações do Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anajatuba (STTR), as comunidades de Teso, Afoga e São Benedito do Afoga deram origem às discussões em torno de uma estrutura que beneficiasse a produção de mel, no município em estudo, dando origem a casa do mel arranjo produtivo que foi planejado em 2004 e construído com o objetivo de atender

---

<sup>3</sup> Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é um plano focado exclusivamente na base de cada Território. Foram elaborados treze (13) planos, que resultaram das diretrizes/definições macro contidas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS.

<sup>4</sup> Expressão utilizada para designar um modelo econômico que busque conciliar desenvolvimento econômico à preservação e manutenção dos recursos naturais disponíveis. Definido, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) como “aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

uma demanda de apicultores do Território Vale do Itapecuru, principalmente produtores de mel do município de Anajatuba.

### **Procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa houve a necessidade de continuar com as discussões e resumos de referências bibliográficas sobre território, territorialidade, conflitos agrários referente a temática em questão, o qual a partir daí poderia adentrar no assunto visando obter resultados com intuito de contemplar os aprofundamentos desses conceitos, percebemos a necessidade de realizar leituras diversas, englobando conceitos e temas identificadas em áreas da Geografia (Sensoriamento remoto, Desenvolvimento regional, Agrária, Política) e outras ciências, como História da Idade Contemporânea e Economia, especificamente ,a Economia Política e Pública, a fim de provar a eficácia dos projetos sociais com visão de desenvolvimento em larga escala. Os dados de fonte secundária foram levantados no Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e demais pesquisas. Concomitantemente a primeira etapa da pesquisa realizamos em janeiro de 2017, com o intuito de conhecer os participantes e membros do Colegiado Territorial e identificar as PROINFs (Projetos de Infraestrutura) na localidade do Vale do Itapecuru, especificamente em Anajatuba. E a segunda etapa realizada no em Junho de 2017 onde foram feitos registros fotográficos e entrevista com o objetivo de saber mais sobre a infraestrutura de apoio municipal ao projeto produtivo Casa do Mel e suas condições na atualidade; por fim, foram analisadas e interpretadas as diversas informações coletadas tanto no trabalho bibliográfico, como nas visitas técnicas, para sua sistematização e elaboração deste trabalho.

Fez- se uso das imagens de satélites do Catálogo de Imagens, da Divisão de Geração de Imagens (DGI), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Foram empregadas as bandas 2 a 5 do Sensor/Plataforma: LISS III/ RESOURCESAT 2, referente à órbita-ponto 239/78, de 10/05/2016. As imagens foram processadas no ambiente do sistema de informação geográfica Quantum Gis, v. 2.16.3.

Feito o uso de carta-imagem como instrumento territorial de análise, planejamento e gerenciamento é muito eficaz para caracterizar os recursos naturais locais, obter informações para estudar os impactos e até mesmo recuperar os transtornos ambientais tais como poluição, diminuição da mata ciliar e expansão do sítio urbano.

## **Análise e parâmetros de interpretação de imagens orbitais dos alvos selecionados no município de Anajatuba MA.**

O município de Anajatuba está localizado na Mesorregião Norte Maranhense, especificamente, na Microrregião Baixada Maranhense. Portanto, aqui se faz necessário caracterizar o município em estudo com base na Geografia física, isto é, caracterizar os padrões de uso do solo e da cobertura vegetal no município de Anajatuba-MA.

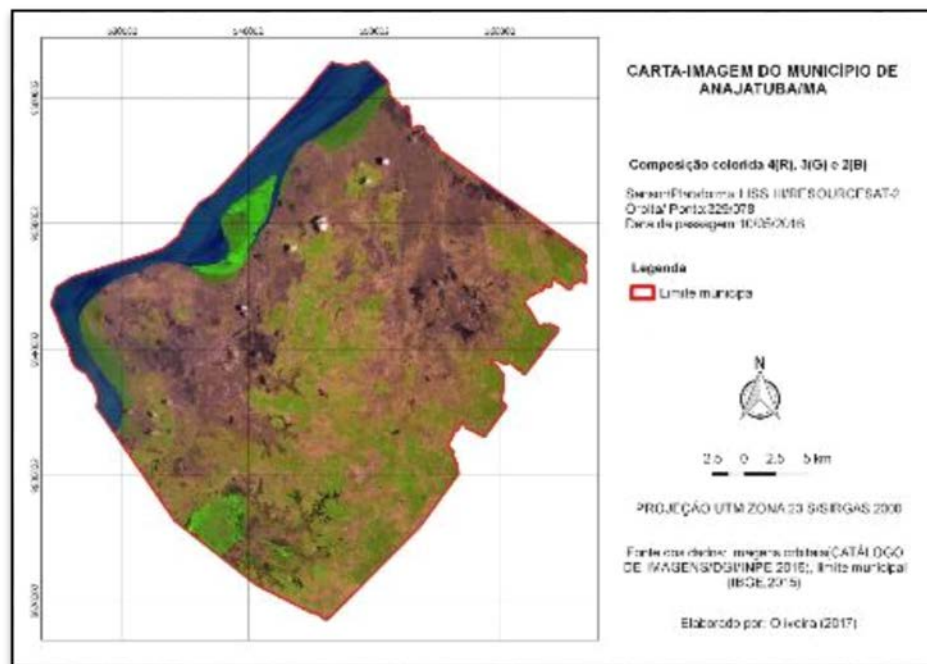
O sítio urbano de Anajatuba está assentado às margens dos campos inundáveis. O limite de expansão da cidade, até o presente, foram os campos, onde, condicionados pelo regime cíclico das águas característico da Baixada, não há condições para o assentamento urbano.

A partir criação da carta-imagem, utilizando a composição colorida 4R, 3G e 2B, foi possível visualizar de forma geral os limites do município, o solo, a água, a vegetação, os campos inundáveis, a área urbana e as atividades agrícolas seguindo elementos de interpretação selecionados como Florenzano descreve:

As imagens obtidas por Sensoriamento Remoto são interpretadas com base em elementos de interpretação: tonalidade/cor, textura (impressão de rugosidade ou não), tamanho, forma, sombra, altura, padrão (arranjo espacial dos objetos), localização e contexto (FLORENZANO, 2007, p.43).

O produto final consistiu na obtenção automática de assinaturas espectrais de alvos selecionados nas imagens, tais como: vegetação, solo, água, áreas de ocupação. A Mapa1 apresenta a carta-imagem do município de Anajatuba, na composição colorida das bandas 4(R),3 (G) e 2(B), do sensor LISS III/Resourcesat-2.





**Mapa 1 – Carta-imagem do município de Anajatuba/MA.**  
 Org.: Oliveira, 2017.

### **Produção agrícola tradicionais do município**

As principais atividades econômicas realizadas na região estão voltadas para a agricultura familiar e os principais produtos produzidos por esta parcela da sociedade maranhense são o arroz, feijão, milho e mandioca. Para o desenvolvimento das atividades agrícolas a comunidade residente nesta área utiliza-se do sistema de corte e queima, lavoura denominada pelo senso comum de “lavoura de toco”. Trata-se de uma prática que é considerada comum no cultivo de produtos agrícolas no Maranhão (JARDIM; et al, 2010, p.8).

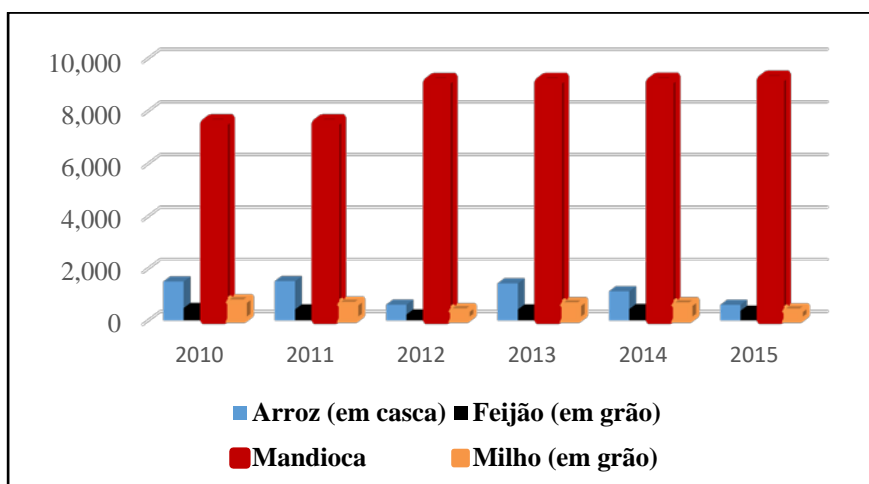
A lavoura temporária, têm uma produção bastante diversificada, sendo que o cultivo que mais se destaca é da mandioca, é o produto com maior quantidade produzida, o qual em 2015 foram 9.200 toneladas como resultado da produção. Em seguida, temos o arroz (em casca) que de 2010 a 2014 apresentou uma oscilação da produtividade, porém, em 2015 obteve uma queda brusca, com 600 toneladas. Por fim temos o milho e o feijão com produções menores.

Nesse sentido, por conta de incentivo financeiro e/ou problemas climáticos, a produção de subsistência do município apresenta algumas oscilações, porém a produção da mandioca se mantém em uma evolução crescente devido a incentivos econômicos e políticos voltados para a produção da farinha.

Os produtos cultivados no município de Anajatuba contribuirão ainda mais para dá ao Estado do Maranhão características de um Estado agrícola, pois estas culturas de subsistência

ainda é de suma importância no cenário político e econômico. Entretanto, ao longo da vigência dessas culturas, a agricultura familiar de subsistência não deixou de exercer o seu papel no abastecimento interno, que na verdade é a sustentação da força de trabalho no campo. De acordo com Silva (2008), o que sustenta a produção familiar no Maranhão são basicamente o cultivo da mandioca, arroz, milho e feijão, encontramos a criação de bovinos, aves e caprinos, além do extrativismo do coco babaçu em algumas localidades.

Analisando o gráfico abaixo, é possível perceber um crescente rendimento da produção de mandioca, o qual essa mesma produção é a que mais se destaca entre os demais, daí entende-se o interesse da comunidade e entidades políticas e governamentais em expandir a produção porém de forma tecnificada devido ao incentivo do “Programa Mais Produção” que atualmente não saiu do projeto e a estrutura física em si encontra-se parada.



**Gráfico 1-Redimento médio da produção das lavouras temporárias no município de Anajatuba de 2010 a 2015.**

**Fonte: Produção agrícola municipal-IBGE/2015.**

**Org.: Oliveira, 2017.**

Diante dos dados percebem-se que os produtos da agricultura familiar fazem parte da dinâmica econômica, social e política que envolve a comunidade camponesa, sobretudo as discussões que se levantam e outras questões que estão enraizadas no espaço rural.

Diante do exposto, percebe-se que a partir das técnicas de Sensoriamento Remoto foi possível a análise territorial do município de Anajatuba e a geração de informações relevantes acerca da dinâmica da paisagem na região como ter uma visão desse território que se transformou em áreas de conflitos entre camponeses e grileiros nos últimos, pois se trata de



uma área que se tornou objeto de cobiça do agronegócio - monocultivo do arroz e criação extensiva de gado bubalino.

### **Projeto de Infraestrutura Casa do Mel no Município de Anajatuba**

O crescimento da produção do mel como mais uma alternativa para aumentar a renda de agricultores familiares é fator gerador de economia para o Estado do Maranhão, o que evidencia que o estado tem potencial para a atividade apícola.

O processo de implantação dos Pólos de Produção de Apicultura se iniciou após estudos realizados das potencialidades e das áreas propícias nas diversas regiões do estado. Fazem parte dessas ações, a implantação de apiários (abelhas africanas) e meliponários (abelhas nativas, como por exemplo, da espécie *tiúba*).

Anajatuba foi um dos primeiros municípios a serem beneficiados, onde os camponeses participam do projeto nos povoados da Ilha do Teso, Afoga e São Benedito do Afoga.

O Maranhão tem um potencial apícola significativo por causa das floradas que ocorrem o ano todo. É importante citar que essa atividade produtiva do mel orgânico, é isento de adubos químicos e agrotóxicos.

É necessário citar que quando foi implantado o Projeto da Casa do Mel no município em estudo, já havia o PTDRS e tinha indicação como eixo territorial que a área tinha aptidão para a produção apícola. O recurso destinado para a construção da Casa do Mel, foi de R\$100.000 reais, onde R\$70.000 reais foram destinados a compra de equipamentos e R\$ 30.000 reais para a construção da infraestrutura, visto que era insuficiente para atender as necessidades locais, considerando que o valor teria que atender as normas da vigilância sanitária. Segundo informações do Presidente do STTR, os envolvidos no projeto não tinham a capacidade técnica para avaliar e não chamaram a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP) para aprovar o terreno e a planta, foi chamado um engenheiro, o qual o mesmo tirou da internet um modelo de caixa de mel. Mesmo sendo uma estrutura precária, a produção apícola tem mostrado um crescimento significativo apesar da deficiência de equipamentos e parte física.

Nota-se uma desarticulação e uma mau planejamento na execução do projeto, causando uma má aplicabilidade do recurso financeiro que de modo geral já é escasso e burocrático o seu acesso, concordando com o que diz Guanzioli (1998, p. 8):

Observa-se no Brasil uma tendência ao realinhamento da política agrícola com o público da agricultura familiar. Isto acontece, em parte da percepção de que este público expressa mais claramente as macro vantagens comparativas do país, onde o escasso é o capital e o abundante é a terra e a mão de obra, fatores esses que a agricultura familiar aproveita de forma mais intensiva. (GUANZIOLI, 1998, p. 8).

Uma grande estrutura para atender as necessidades do projeto envolve infraestrutura de estradas, acesso para escoamento de produção, adaptação do entreposto, equipamentos, construção de casa de coleta, tudo isso para dá visibilidade ao território e até mesmo para o próprio Estado.

### **Comunidade Ilhas do Teso**

Certificada pela Fundação Palmares no Livro de Cadastro Geral nº 018, Registro nº 2.443 fl.064 - Processo nº 01420.007100/2016-54 por declaração de autodefinição como Remanescente de Quilombo, a Comunidade Ilhas do Teso é um povoado que abrange, atualmente, cerca de 21 ilhas, que são comunidades separadas por campos alagados, segundo informações do vice presidente da Associação dos Produtores de Mel de Abelhas de Anajatuba, o senhor Antônio de Jesus dos Santos, conhecido como “Valdo”. A região é caracterizada pela forte produção de mel, pescado, gado e agrícola, além de arranjos produtivos locais, que são conglomerados de diferentes atividades rurais. O mel produzido no local é da abelha Apis (abelha com ferrão) que lidera a produção. Historicamente, é uma área quilombola que habitavam escravos masais<sup>5</sup> misturados etnicamente.

Essa comunidade passa por um problema que afeta tanto o desenvolvimento enquanto território, se trata da construção da estrada que fará a ligação entre a sede do município e o povoado Teso<sup>6</sup>, estrutura essa que é uma problemática atual. A estrada deverá ter 12

<sup>5</sup> Grupo étnico africano de seminômades localizado no Quênia e no norte da Tanzânia.

<sup>6</sup> Na Baixada Maranhense são formações caracterizadas por fragmentos de terra firme nas planícies inundadas.

quilômetros de extensão e tem grande importância social e econômica, sendo uma reivindicação antiga das famílias moradoras da região.

Vale ressaltar que durante as visitas a campo não foi possível chegar a comunidade devido ao período chuvoso, pois, somente é possível a ida de barco numa viagem de 2 horas, enquanto no mês de Outubro a Dezembro, pode ir de carro que demora de 30 a 40 minutos.

### **Comunidade São Benedito do Afoga e Afoga**

Comunidade é produtora do mel através da criação da Tiúba e da Uruçu muito comum dentro das casas dos cultivadores por serem uma espécie de abelhas nativas que não possuem ferrão. Segundo informações do vice presidente da Associação dos Apicultores, Antônio de Jesus dos Santos, conhecido como “Valdo”, a comunidade São Benedito do Afoga e Afoga são um único povoado, porém a diversidade de nomes dados ao local com a chegada de novos moradores na região, é devido a delimitação existente na área, que é uma estrada e um campo alagado, cujos os limites dão a entender que são dois povoados diferentes. Ainda com base nas informações do vice presidente, esse povoado recebeu o nome de “São Pacomin”, para fins de registro junto a prefeitura municipal.

Em 2012, o senhor Valdemir assumiu a Secretaria de Agricultura, porém como tudo envolve articulações políticas, o mesmo perdeu as eleições e agora está à frente da Associação dos Criadores de Abelhas e começou a articular trazendo parcerias como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas( SEBRAE), que disponibilizou técnicos para ir ao campo ajudar a colocar as abelhas nas caixas e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) que contribuiu com equipamentos para a produção que são os Kits de produção familiar que composto por dez colmeias completas, dez suportes, dois Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), dez quilos de cera alveolada, carretilha, formão e fumigador.

A apicultura é uma atividade produtiva apoiada pela CODEVASF sobretudo por se tratar de uma das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que é coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN). Os equipamentos entregues foram: 410 tambores para acondicionamento de mel, 400 baldes plásticos de 18 litros, 300 bandejas de aço, 300 baldes de inox de 20 litros com peneira e 205 estrados em PVC, nos quais foram

investidos quase R\$ 170 mil. Esses equipamentos agregarão valor à comercialização, na medida em que auxiliam na adequação às regras de higiene e normas sanitárias.

Kits de apicultura já entregues pela CODEVASF beneficiaram 279 famílias de comunidades rurais maranhenses, num total de 5.990 colmeias. Além dos kits, associações de beneficiários receberam outros equipamentos para suas Unidades de Beneficiamento de Mel nos municípios de Anajatuba, Bacabeira, Centro Novo do Maranhão, São João Batista e Viana.

A população em si estava desmotivada devido as dificuldades, como falta de apoio até mesmo para comercializar o produto para dá prosseguimento com o projeto. É interessante ressaltar que o retorno da produção do mel tem dado motivação para os pequenos produtores, pois afinal o que anima o camponês a permanecer no projeto, é o retorno financeiro que é um impacto positivo tanto para o município enquanto produtor, como para o próprio Estado. Porém a falta de incentivo financeiro em relação a tecnologia por parte do Estado ainda mantém o município fora do ranking de mercado produtor, pois, o produto é vendido no tambor para o Ceará, Piauí que faz com que o mesmo seja exportado para a Europa, se destacando como Estados produtores de mel e não o Maranhão.

De Setembro de 2015 até Fevereiro de 2016, foram produzidas 20 toneladas de mel e foi enviado para o Ceará no tambor beneficiando o Estado comprador. As comunidades produtoras de mel são: Teso, Afoga, Ribeirão, Mutum e as demais que moram na sede municipal que fazem parte da associação, sendo que as comunidades consideradas as grandes produtoras é Teso, Afoga e Ribeirão.

Atualmente tem associadas 40 famílias cadastradas na Associação de Criadores de Abelhas, sendo que 25 aproximadamente estão produzindo mel. De acordo com o presidente da Associação, é necessário ter uma estação de coleta na comunidade do Teso e no Afoga, adaptar o entreposto (chamado de casa do mel, pois recebe todo o mel das comunidades produtoras), para beneficiar, envazar, decantar e até mesmo exportar. Outra deficiência na produtividade, é a falta de caminhão para facilitar no transporte das melgueiras e dos tambores de mel. Foi realizado o pedido de um caminhão junto a CODEVASF, porém a mesma alegou não ter recursos suficientes. Ainda segundo o Presidente, uma estação de coleta significa uma casa de coleta que facilita o primeiro processo na produção que é a extração, que não tendo um procedimento adequado ali mesmo contamina a produção. Na comunidade esse processo está sendo feito numa casa de farinha no Teso e a noite, devido à grande proximidade com as abelhas. A estação tem que está dentro das normas da legislação, uma casa com recepção de

melgueiras, sala de armazenamento de material, sala de expedição de melgueiras, enfim, todo um processo normativo para validar as devidas especificações do selo. Portanto, para o responsável pela Associação, o valor estimado para um grande projeto pode chegar até a R\$ 1.000.000.000, o que exige um cálculo preciso para facilitar o orçamento.

A casa do mel hoje é só usada para receber e guardar a produção até o comprador final. A associação leva balde, centrifuga para realizar o processo de extração, é uma forma de ajuda entre os associados devido à falta de equipamento. A associação gerencia atualmente a questão dos equipamentos para a produção apícola, pois, é ainda precária e insuficiente para conduzir a produção de muitos apicultores envolvidos.

### **A Produção apícola do Maranhão**

O Maranhão possui condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento da apicultura em razão da regularidade pluviométrica e pela diversificação da flora que constitui o pasto apícola para as abelhas africanizadas, gerando renda de forma sustentável, socialmente justa, e ecologicamente correta.

A criação racional de abelhas é praticada predominantemente com *Melipona fasciculata*, popularmente conhecida como “tiúba” e *Apis mellífera*. A criação de abelhas é disseminada em todo o Estado do Maranhão, entretanto, a região onde se concentra o maior número de criadores e a maior produção de mel de abelhas *Apis* é da subfamília *Meliponinae* (abelhas sem ferrão) é na Amazônia maranhense. Por outro lado, na Baixada maranhense se concentra o maior número de criadores e a maior produção de mel de abelhas *Tiúba*, e também abrangendo um significativo número de criadores de abelhas africanizadas.

### **Benefícios da atividade apícola nas esferas econômica, social e ambiental**

A venda do mel em Anajatuba mudou a realidade econômica dos moradores, pois os apicultores envolvidos puderam usufruir do retorno financeiro para fazer compras de bens e consumo, o que enfatiza que a atividade apícola está contribuindo de forma significativa na evolução do município.

A última safra do mel de 30 toneladas foi vendida a R\$12, 00 o quilo em 2016 que foi fator de motivação para todos produtores locais que tem como meta intensificar a produção a

chegar a produzir 50 toneladas para a safra de 2017 para início de 2018. Também tem a venda local onde é possível comprar o litro de mel Tiúba, por até R\$10,00 o litro.

Uma informação interessante que é necessário citar, é que os produtores apicultores não se prendem a somente produzir mel, pelo contrário continuam com suas atividades de subsistências que faziam antes da atividade apícola, pois, a produção da apicultura não é empecilho para outras produções locais.

Além de fornecer diversos produtos com valor de mercado dentre outros benefícios econômicos, a atividade apícola também é um meio de manutenção do homem no campo, visto que gera renda e ocupação ao produtor, favorece a diversificação de atividades dentro das propriedades rurais, gerando novos empregos, ocupação e renda para as famílias.

Chayanov esclarece que as transformações no trabalho influencia na forma de adaptação econômica e social do camponês, pois garante sua reprodução e desenvolvimento em diferentes tempos.

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra, força de trabalho e capital. Qualquer distorção nesta relação é compensada pela ocupação da força de trabalho em atividades não-agrícolas complementares ou pela intensificação do trabalho (CHAYANOV, 1974, p.44).

A apicultura, conforme Bradbear (2009) e Lengler (2008), é uma atividade de baixo impacto ambiental que traz benefícios diretos à produtividade de variadas culturas, tanto anuais quanto perenes, através da polinização, contribuindo assim, para a preservação do meio ambiente e da biodiversidade. As abelhas são essenciais para manter o meio ambiente pela sua capacidade de polinizar plantas com flores.

Em Anajatuba, há uma contradição na atividade apícola pois é uma atividade ambientalmente correta, ou seja, a apicultura é uma atividade conservadora de espécies, sendo uma das atividades que preenche os requisitos da sustentabilidade: o econômico, porque gera renda para o apicultor; o social, porque ocupa mão-de-obra familiar no campo; e o ecológico, porque não se desmata para criar abelhas, diferente da pecuária, que danifica o meio devido a implantação de pastos o que vai de encontro com o código florestal. No entanto o banco financia para a pecuária, porém a apicultura encontra entraves pois há contestação da dispensa da licença ambiental, o que ocasiona a negação do crédito junto ao banco.

É importante ressaltar que os recursos do PROINF foram destinados à implantação de ações que fortalecesse a identidade dos assentados da Reforma Agrária, sendo estes os



principais beneficiados de forma direta com a inserção desses arranjos em seus municípios. Desta forma, com investimentos locais através e uma política do governo federal, a gestão social com a agricultura familiar iriam gerar impactos positivos de desenvolvimento sustentável nos territórios rurais.

## **Conclusão**

Os resultados dessa pesquisa mostram que com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no último governo em atividade, não se sabe exatamente ainda o que ocorrerá com o projeto Casa do mel da forma que foi pensada através do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS), pois, de fato que antes mesmo de sua extinção os problemas já eram grandes e tudo que estava planejado até o momento não funciona como foi formulado.

A atividade apícola possui uma série de benefícios potenciais tanto na esfera econômica, como nas esferas social e ambiental. Os principais entraves identificados para essa incipiência estão relacionados à desqualificação técnica dos recursos humanos inseridos na atividade, à falta de apoio e incentivo por parte do poder público governamental.

Foram identificadas, poucas ações e medidas em prática, que visem ultrapassar esses gargalos para o desenvolvimento da atividade. Em contrapartida, identificou-se na pesquisa, um conjunto de ações que os entrevistados consideram urgentes para a geração de desenvolvimento da cadeia em questão, como medidas relacionadas à qualificação dos recursos humanos, desburocratização de regulamentações e certificações, incentivos fiscais e tributários, melhorias para organizações apícolas em geral, tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, o que demonstra um panorama para futuras ações, medidas e políticas, além de servir como incentivo para novas pesquisas.

## **Referências Bibliográficas**

BRADBEAR, N. Bees e seu papel nos meios de subsistência da floresta: **um guia para os serviços prestados pelas abelhas e a colheita, processamento e comercialização sustentáveis de seus produtos**. FAO Produtos florestais não-madeireiros. Roma, Itália: FAO, 2009. (Nº19).

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Fundação Cultural Palmares. **PORTARIA Nº 31, DE 12 DE JANEIRO DE 2017. Artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988**. <[Http://www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)> Acesso em 23 de Julho de 2017.

FLORENZANO, T. **Geomorfologia: Conceitos e tecnologias atuais**. (org.). São Paulo: Oficina de textos, 2008.

GUANZIROLI, Carlos E. **Reforma agrária e globalização da economia: O caso de Brasil**. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Rio de Janeiro. 1998

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização. Do ‘Fim dos Territórios’ à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal. Rendimento médio da produção das lavouras temporárias**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2017

LEGLER, L. **Sustentabilidade, empreendedorismo e cooperação em associações de apicultores gaúchos: uma análise dos gestores associados**. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Porto Alegre, RS.

**Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Vale do Itapecuru – PTDRS. Portal da Cidadania**. Disponível em Acesso em 15/04/2013. Revista Territórios da Cidadania. Março, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. Editora Expressão Popular, 2007.